

Em tempos de exames de admissão: saberes escolares, representações e práticas docentes

Késia Caroline Ramires Neves¹
Paulo Henrique Rodrigues Ribeiro²

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática Escolar, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem como proposta identificar, por meio das questões e resoluções que foram exibidas nos exames de admissão ao Ginásio, o que deveria ser ensinado e priorizado acerca dos saberes matemáticos estudados entre o período de 1931 a 1969. Também se propõe a discutir sobre as representações docentes que, em tempos de exames de admissão, levaram a práticas docentes que moldaram os saberes profissionais da época. Sendo assim, faz-se uma abordagem não somente sobre os saberes escolares, mas também sobre que representações foram motivadas pelos exames de admissão e que acabaram dando suporte a novos saberes para a prática dos professores. Espera-se, com esta pesquisa, encontrar resultados que digam sobre a história cultural e história dos saberes escolares, bem como sobre a história dos saberes profissionais docentes. As fontes, como os exames de admissão, leis, documentos escolares de professores, e outros, serão analisados tendo como referencial teórico-metodológico, principalmente, Chervel (1990), Julia (2001), Chartier (2016), Bourdieu (2012) e Hofstetter et al. (2013).

Palavras-chave: Exames de Admissão. Matemática Escolar. Representações Docentes.

INTRODUÇÃO

A história da educação matemática quando, seguindo as vertentes da história cultural, da história das disciplinas escolares e da história dos saberes, envereda-se por pesquisas que consideram as fontes utilizadas, o contexto ou *cultura (escolar)* de uma época, o período histórico, o nível escolar investigado, o tipo de método empregado na coleta de dados, os sujeitos envolvidos (professores, alunos, diretores, especialistas, etc.) e, sobretudo, focaliza as relações ou condições em torno dos saberes e da escola, tais como:

¹ **Docente** da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Ponta Porã.
E-mail: kesiamires@hotmail.com

² **Graduando** da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Ponta Porã.
E-mail: paaulo.h.ribeiro@gmail.com

as finalidades de ensino, a prática docente e a aculturação dos alunos sobre os saberes escolares (CHERVEL, 1990).

Assim, a pesquisa em desenvolvimento segue essas características apresentadas, tendo como objetivo investigar elementos em torno dos saberes escolares de Matemática e em torno dos exames de admissão ao Ginásio. Desse modo, nosso recorte temporal será estimado entre 1931 a 1969 – compreendendo os anos de implementação dos exames de admissão ao ginásio no Brasil.

Seguiremos, praticamente, os três eixos destacados por Julia (2001) para se entender a cultura escolar dessa época: as normas e finalidades prescritas, o papel desempenhado pela profissionalização docente e a análise dos saberes escolares recomendados e verificados nos exames de admissão.

Como serão abordados os três eixos apontados, a pesquisa não será rápida e nem individual. Contamos com um grupo de 6 pessoas envolvidas e previmos um prazo de até 2 anos para obtenção de resultados.

Primeiramente, partimos de fontes escolares, como os próprios exames de admissão, para tentar identificar mudanças que foram sendo exigidas sobre a aritmética, a álgebra, a geometria e sobre o tema de medidas, buscando-se um paralelo entre os tipos epistemológicos de resoluções das questões e as práticas pedagógicas que, porventura, tenham implicado nos tipos de questões cobradas nesses exames.

Em pesquisa recentemente realizada por Santos (2017), ela identificou quais eram os conteúdos matemáticos recomendados para os exames de admissão e quais foram realmente cobrados nesses exames. A pesquisa investigou os exames³ aplicados pela Escola Estadual de São Paulo entre o período de 1931 a 1969. Contudo, o estudo empreendido pela pesquisadora não enfocou os tipos de resoluções dos alunos para se tentar identificar mudanças pedagógicas sobre o ensino de conteúdos da Matemática escolar, ficando, assim, uma lacuna a ser preenchida que pode nos dizer mais sobre a cultura escolar dessa larga época.

Ao nos utilizarmos do mesmo acervo de Santos (quanto aos exames de admissão), temos que ressaltar que nosso grupo de pesquisa levantou certo interesse pelos assuntos

³ Os exames usados por Santos constam em 3 CDs-ROM. A coletânea foi organizada durante o projeto “História da Educação Matemática no Brasil”, coordenado pelo Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente, quando docente da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2001.

algébricos. O interesse pela álgebra tem seguido dois motivos: (i) a pouca existência de trabalhos voltados à história da álgebra escolar (no que tange à sua cobrança em exames de admissão) e (ii) pelo fato da álgebra ter sido excluída dos exames de admissão mesmo fazendo parte dos cursos de formação de professores (BASEI, 2016), mesmo sendo inclusa pela legislação educacional brasileira (MONDINI, 2013) e mesmo aparecendo em livros didáticos para o ensino primário desde o início do século XX (BASEI, 2016). A partir dessas informações, o nosso grupo elaborou algumas indagações: por que a álgebra vem aparecer nos exames de admissão somente no final da década de 1960? Será que antes de 1960 não se acreditava que era possível exigir elementos da álgebra para alunos de pouca idade (11, 12 anos)? O que houve de diferente com a álgebra para vir a aparecer nos exames de admissão só em décadas depois?

Vejamos um exemplo de questão e resolução que fora encontrada no exame de admissão de 1969:

Figura 1: 1º Problema do Exame de Admissão de 1969 do Colégio Estadual de São Paulo

PROBLEMAS:

1º- Mário comprou 420 figurinhas. Colou $\frac{2}{7}$ em seu álbum e as restantes eram repetidas.

a) Quantas eram as figurinhas repetidas?

b) Cada pacotinho com 3 figurinhas custa NC\$ 0,05. Quanto Mário gastou inutilmente?

Resolução:

1º) $420 : 7 \times 2 = \square$
 $\square = 120$
 $420 - 120 = \square$
 $\square = 300 \text{ fig.}$

$420 : 3 = \square$
 $\square = 140$
 $140 \times 0,05 = \square$
 $\square =$

$420 \overline{) 12}$
 $00 \quad 60$
 $\underline{\times 2}$
 120

420 fig
 $\underline{120 \text{ fig}}$
 300 fig.

$420 \overline{) 140}$
 $140 \quad 00$
 $\underline{\times 3}$
 140

140 pacotes
 $\underline{0,05}$
 $NC\$ 7,00$

Fonte: CD-ROM Valente (2001, v.3)

Resoluções como essa não foram, ainda, identificadas em provas de edições anteriores a 1969. Então é possível supor que uma nova forma de ensinar a aritmética,

pautando-se na abstração e, portanto, caminhando-se para a algebrização, só fora ensinada aos fins dos anos 1960. Entretanto, será que foi mesmo assim? Será que os professores estavam pensando em algebrizar a aritmética? Essas são algumas questões, dentre tantas, que nos colocamos a responder.

Em segundo momento, para compreender a próxima etapa da pesquisa, iremos analisar documentos que tenham sido prescritos para os cursos de formação de professores ao ensino primário. Desejamos identificar possíveis prescrições de *saberes para ensinar e a ensinar* (HOFSTETTER et al., 2013) voltados aos exames de admissão. Contudo, é necessário descobrirmos os personagens daquela época que tenham prescrito esses documentos para os cursos de formação de professores, ou seja, descobrir os

“[...] savants, chercheurs – ayant pour première fonction de construire des savoirs sur le système scolaire, selon une logique définie par des règles spécifiques au monde scientifique qui n’exclut pas une dimension praxéologique”⁴ (HOFSTETTER et al., 2013, p. 79).

Além de olhar os programas implementados na formação de professores, teremos também que averiguar os conteúdos mínimos selecionados para os exames de admissão, para confrontar o que era exigido oficialmente e o que era desenvolvido na formação de professores. Será que havia uma correspondência entre o que se exigia nos exames de admissão e o que os professores estudavam nos cursos de formação? É possível que o que os professores estudavam no curso de formação possa ter influenciado na construção de representações sobre os exames de admissão? Como isso aparece – se aparece – nas fontes coletadas?

E, finalmente, pretendemos identificar que tipos de representações docentes permearam o contexto educacional ao tempo dos exames de admissão e que levaram a práticas docentes que moldaram os saberes profissionais da época, entendendo aqui a prática docente como aquela

que relaciona teoria e conhecimentos do professor com ações práticas, que relaciona pensamentos e ações reflexivas com ações práticas, que se desenvolve antes, durante e depois do trabalho em sala de aula; uma prática que também participa de conselhos de classe, reunião de pais, no preparo de projetos pedagógicos, na escolha de livros didáticos, no

⁴ “[...] cientistas, pesquisadores - cuja principal função é construir conhecimento sobre o sistema escolar, de acordo com uma lógica definida por regras específicas do mundo científico que não exclui uma dimensão praxeológica” (HOFSTETTER et al., 2013, p. 79).

preparo das aulas, opinando e operando políticas implementadas na escola; uma prática diferente da prática de ensino porque não se restringe apenas ao ato de ensinar (NEVES, 2016).

Queremos averiguar quais foram os entendimentos que os professores tiveram e adotaram em relação às recomendações oficiais dos exames de admissão. Sobre esse ponto, colocamos algumas questões em destaque, como segue: será que os professores daquela época acataram as normativas dos exames de admissão e se sujeitaram às condições dispostas pelas leis, portarias e outros documentos de governo? Será que os professores se apropriavam das normativas governistas e readaptavam-nas de acordo com a sua cultura, formação e práticas docentes? Será que o que os professores cobravam nos exames eram saberes selecionados pelos próprios professores? Será que os professores viam a sua prática docente nos exames de admissão, ou viam práticas sujeitas às condições governistas? Qual era a ideia de exames de admissão para os professores, ou seja, para eles, a que serviam esses exames? Qual teria sido a prática de avaliação legitimada naquela época: a dos professores ou a dos governistas?

Conforme analisou Valente (2006), havia um tempo em que os exames preparatórios para os cursos superiores eram elaborados pelos entes governistas. Aos poucos, e em meio a controvérsias e monitoramento do governo, esses exames foram dando lugar às provas elaboradas, aplicadas e corrigidas pelos próprios professores. No entanto, ainda que essas provas fossem elaboradas e executadas pelos professores, o monitoramento acontecia para que ninguém avaliasse longe dos critérios e modelos exigidos pelo governo. Dito isso, é possível pensar em uma representação dos professores, quando da elaboração de suas provas, que não prevalecia sobre aquela que era preconizada pelo governo da época. O mesmo, inclusive, por ter ocorrido aos exames de admissão para os cursos ginasiais.

Por outro lado, podemos encontrar, como Santos (2017), que algumas das recomendações oficiais para os exames de admissão (ao Ginásio) eram extrapoladas pelos professores elaboradores das provas. Essa autora observou, por exemplo, que em algumas edições dos exames tiveram questões de geometria, mesmo a geometria estando ausente das prescrições oficiais. Dessa forma, é possível pensar que os professores entendiam a geometria como necessária para a formação dos alunos, por isso cobrá-la nos exames, mostrando, com isso, a autoridade dos professores.

Por isso, a pesquisa não poderá analisar somente os exames de admissão, ou documentos escolares de professores, ou currículos prescritos para formação de professores, ou decretos, leis, ou portarias do período. Precisarás também entrevistar, se possível, um(a) professor(a) ou professores(as) que possa(m) relatar como eram processadas, pelos professores, essas provas dos exames de admissão. A(s) entrevista(s) poderá(ão) validar os indícios encontrados por meio da análise documental. Caso encontremos artigos de revistas ou de jornais que apontem para o posicionamento dos professores daquela época, também poderemos ter elementos para dizer sobre a representação dos professores.

Resumidamente, a investigação coloca o sujeito professor em três condições:

- a primeira, ao enxergar nas questões e resoluções dos exames àquilo que, para eles, seria a prioridade para o ensino, evidenciando assim uma parte da prática docente – a de selecionar as finalidades e métodos de ensino;
- a segunda, que coloca o professor como sujeito em formação, o qual está se apropriando acerca de saberes para sua profissão e que poderá, em algum momento, levar à tona tais saberes;
- e a terceira, a que entende o professor agindo com o seu meio escolar, com a cultura escolar; um sujeito imbuído de representações sobre aquilo que o cerca na profissão docente e que coloca em prática essas representações.

Essa última condição se interessa em saber quais representações dos professores foram resultantes do período dos exames de admissão, na tentativa de identificar quais eram os saberes que estavam sendo delineados para a profissão docente.

Temos, como hipótese, que encontraremos resultados não apenas sobre os saberes escolares, mas também resultados sobre tensões, entre representações sociais, que demarcaram um estilo de cultura escolar da Educação Matemática. Além do que deveria ser ensinado, ou priorizado para o aprendizado e formação dos alunos do ensino primário e além daquilo que se colocava para a formação de professores, esperamos encontrar uma classe de professores que também detinha um poder diante às decisões curriculares. Esse entendimento, por sua vez, leva em consideração a existência de uma cultura escolar que se estabelece em meio a conflitos e concordâncias, moldando assim as finalidades curriculares de uma época.

Adiante, faremos uma breve explanação sobre os conceito de representações e de cultura escolar, ambos essenciais para esta pesquisa.

UMA BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE REPRESENTAÇÕES E CULTURA ESCOLAR

Sem dúvida, a história das disciplinas escolares intervindo igualmente na história cultural da sociedade e na cultura escolar (CHERVEL, 1990, p. 212) e sendo a cultura escolar

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 9),

não poderiam ser descartadas para entendermos as representações e práticas docentes e as mudanças acerca dos saberes escolares. É com essa apropriação de conceitos que podemos supor diferentes representações sobre os exames admissionais ao ginásio quanto *ao que deveria ser estudado, como deveria ser ensinado e o que seria necessário para se ensinar.*

Também o conceito de representação é apropriado nesta ocasião, pois permite avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constrói e propõe para si mesmos e para os outros (CARVALHO, 2005). Em outras palavras, a representação é aquilo que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades e a qual faz parte integrante de sua realidade social (BOURDIEU, 1979 *apud* CARVALHO, 2005, p. 151).

Estudando Chartier, Bourdieu, De Certeau, e outros pesquisadores que deram respaldo à história cultural, Barros descreve que a “representação” está associada a um certo modo de “ ‘ver as coisas’, de dá-las a ver, de refigurá-las” (BARROS, 2011, p. 48), assim, é fundamental ter em mente esse conceito para compreender as representações dos professores quanto aos exames de admissão aplicados entre 1930 e 1970.

Vale ressaltar que nossa perspectiva não se entrega a ideia ingênua e objetiva de que a representação dos professores – as quais, possivelmente, evidenciam suas práticas ou orientações docentes – é a única prevalecente na esfera educacional. Como estamos partindo da fundamentação teórico-metodológica da história cultural, estamos

considerando diversas representações existentes no período e no contexto em que os exames de admissão foram aplicados, ou seja, é prudente pensar nas relações de dominação e em resultados de lutas de representações (CHARTIER, 2016, p. 31). Isso significa que devemos olhar as representações docentes sob o viés dessas disputas empregadas. Logo, poderemos encontrar indícios de que as questões dos exames de admissão e as próprias normativas, finalidades e/ou critérios que os regiam, não denotavam uma cultura propriamente escolar, mas sim uma cultura geral, proposta por governos do período de 1930 a 1970. Significa que poderemos encontrar as representações governistas se sobressaindo as dos professores.

Dessa forma, faz todo sentido levar em conta as disputas de representações, pois ambas, aquela dos professores e aquela dos governistas, podem se sobressair. Se excluíssemos tal suposição, seria o mesmo que ignorar o poder de fatores externos àqueles da escola.

Seria necessário reconhecer no sistema de ensino a autonomia que ele reivindica e consegue manter face às exigências externas, a fim de compreender as características de funcionamento que ele retém de sua função própria; todavia, a levar-se ao pé da letra suas declarações de independência, resultaria expor-se a não perceber as funções externas e em particular as funções sociais que preenchem sempre por acréscimo a seleção e a hierarquização escolares, mesmo quando elas parecem obedecer exclusivamente à lógica, e mesmo à patologia próprias do sistema de ensino. [...] É preciso pois se perguntar se a liberdade que é deixada ao sistema de ensino de fazer com que prevaleçam suas próprias exigências e suas próprias hierarquias, em detrimento por exemplo das exigências mais patentes do sistema econômico, não será contrapartida dos serviços ocultos que ele presta a certas classes dissimulando a seleção social sob as aparências da seleção técnica e legitimando a reprodução das hierarquias sociais pela transmutação das hierarquias sociais em hierarquias escolares. (BOURDIEU, 2012, p. 186).

Seria o mesmo que julgar as representações docentes – determinadas ao longo dos anos por uma cultura escolar – como intocadas, isentas de qualquer interferência ou imposição externa, aquelas que se sobressairiam diante de qualquer situação. Estaríamos então dissimulando a reprodução social a que a escola se presta a fazer em condições diversas.

Logo, devemos pressupor que as representações dos professores acerca dos exames de admissão não foram alheias à hierarquia escolar, ou à cultura escolar ou a

imposições feitas por fatores ou agentes externos à escola. Mas que também não foram apenas uma forma de reprodução ou submissão social.

Também não vamos considerar as representações governistas como àquelas dominantes.

Dessa forma, ignoramos uma tal objetividade para entender as representações, ignoramos um total controle por alguma das classes consideradas (professores e governistas).

A bem da verdade, quando fizermos as análises sobre documentos prescritos para a formação de professores ao ensino primário, acreditamos que alguns *saberes para ensinar* irão aparecer como sendo obrigatórios aos professores. Contudo, caso identifiquemos essas obrigações, poderemos averiguar se os professores as dispensaram ou se as executaram submissamente. Assim, tentaremos equilibrar as análises quando disserem respeito às representações docentes.

A seguir, vamos expor a metodologia que pretendemos adotar durante o processo de pesquisa.

METODOLOGIA

Esta proposta parte do pressuposto que ao conhecer elementos sobre os exames de admissão ao ginásio poderemos entender a repercussão desses exames sobre a educação matemática, inclusive, compreender melhor sobre os próprios conteúdos matemáticos, podendo, assim, sugerir propostas inovadoras a esse campo educacional e aos profissionais dessa área.

Vamos tomar os conceitos de cultura escolar, práticas docentes, representações docentes, e outros, como suporte às análises sobre os documentos coletados. No entanto, por se tratarem de conceitos relativamente complexos, adiantamos que nossa leitura sobre os documentos serão a nossa forma de os ler, ou de ver o seu texto, tentando participar na construção do seu sentido (CHARTIER, 2016), logo, estamos passíveis a mudanças.

Em um primeiro momento, a pesquisa teve como finalidade aprofundar o estudo sobre a conceituação de *disciplinas escolares* (CHERVEL, 1990) e *cultura escolar*

(JULIA, 2001). Para isso, fizemos estudos de produções científicas que publicaram discussões sobre os dois conceitos citados.

Já nessa segunda fase, pretendemos ampliar nossas discussões acerca do conceito de *representações e práticas docentes* (CHARTIER, 2016; BOURDIEU, 2012), bem como sobre os *saberes para ensinar* ou *saberes para a profissão docente* (HOFSTETTER, 2013).

À medida que esses conceitos forem ocupando lugar na pesquisa, iniciaremos com as análises sobre os documentos: exames de admissão, leis, portarias, documentos escolares dos professores (atas de conselhos de classe, diários de professores, e outros documentos escolares dessa mesma escola) e documentos para a formação de professores. Após, vamos partir para entrevistas com docentes da época dos exames de admissão. As fontes, como os exames de admissão, leis, documentos escolares de professores, e outros, serão analisados tendo como referencial teórico-metodológico os autores já citados.

Aqui, chamamos atenção aos exames de admissão que serão analisados e de onde vieram esses exames. São exames da Escola Estadual de São Paulo, dos anos 1931 a 1969. Os exames de admissão fazem parte de uma coletânea intitulada “Os Exames de Admissão ao Ginásio: 1931- 1969”, do arquivo escolar do ginásio público mais antigo da capital de São Paulo, atual Escola Estadual de São Paulo.

Ao que parece, o Ginásio de São Paulo foi muito importante para essa cidade. [...] Há registros de nomes famosos entre seus alunos e professores e de uma forte concorrência ao Exame de Admissão, reafirmando seu caráter seletivo.

Em São Paulo, o colégio era procurado por alunos não só do interior do Estado como também de outros estados, principalmente do Nordeste. Fundado com o nome de Gymnasio de São Paulo recebeu diferentes nomes: Colégio de São Paulo, Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt, Colégio Estadual Presidente Roosevelt, Colégio Estadual de São Paulo, Escola Estadual de São Paulo, Escola Estadual de 2º Grau de São Paulo e Escola Estadual de São Paulo. (PESSANHA, DANIEL, 2006, p. 4359, 4360).

De acordo com Chervel (1990) e Garnica e Souza (2012), todo esse material pode ajudar a explicar a história de uma disciplina escolar, além de servir como acervo à própria história da educação. Nomeadamente, a análise desse material pode revelar a concepção de avaliação dominante daquele determinado contexto histórico, bem como, por meio da

análise dos enunciados e resoluções das questões, possibilitar a leitura do cotidiano escolar daquela época (VALENTE, 2001).

Na última etapa da pesquisa, após análises, pretendemos publicar artigos que pontuem as exigências esperadas sobre os saberes matemáticos em tempos de exames de admissão, como também apontem elementos que contribuam para o entendimento da formação da profissionalização docente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que a proposta apresentada ainda não se mostra totalmente polida, ou seja, pode vir a sofrer ajustes não esperados – a pesquisa se encaminha assim. No entanto, acreditamos ter pontuado algumas das questões mais pertinentes quanto ao que pretendemos.

Também queremos colocar alguns indícios que podem nos abrir caminhos e respostas:

- quanto aos conteúdos algébricos que eram exigidos nos exames de admissão, parecem ocupar lugar, nessa avaliação, no final da década de 1960, se aproximando do período do Movimento da Matemática Moderna;
- existiram alguns expoentes da educação matemática brasileira que definiram a trajetória da matemática a ensinar, como Euclides Roxo, Pe. Arlindo Vieira, bourbakistas instalados no Brasil e outros, que, inclusive, acreditamos terem influenciado no que seria cobrado nos exames de admissão. Sendo assim, cabe-nos refletir se os mesmos expoentes podem ter colaborado nas diretrizes de uma *matemática para ensinar*, como já observado por Bertini et al. (2017) ao citar Euclides Roxo.

Sabemos que para nossas conclusões teremos ainda de olhar as questões por vários ângulos, tais como: o que as fontes nos dizem sobre os conteúdos matemáticos que eram exigidos em exames de admissão? O que elas nos dizem sobre a prática docente, ou sobre as representações docentes? Será que havia uma concordância quanto ao que era prescrito para os exames de admissão e ao que desejavam os professores que lecionavam no curso primário dos anos 1930 (1940, 1950, 1960)? □ Quais saberes para ensinar eram

priorizados para preparar os alunos aos exames de admissão? Quais foram as representações legitimadas aos tempos de exames de admissão?

Então, nosso trabalho é longo.

Por ora, o que podemos concluir é que essas questões, e tantas outras, chegarão em respostas que ao dialogarem entre si poderão mostrar características históricas, acerca da educação matemática, que colaborarão no ensino da Matemática escolar, mas, principalmente, nos permitirão repensar sobre a postura e ação docente, repensar sobre o que fizemos e fazemos enquanto classe de professores educadores.

REFERÊNCIAS

BASEI, Ana Maria. A Álgebra na Formação de Professores no Período entre 1890 e 1970. In: XX ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2016, Curitiba. **Anais...** XX Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, Curitiba – PR, 12 a 14 de novembro de 2016. Disponível em: <www.ebrapem2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/gd5_ana_maria_basei.pdf>. Acessado em: fevereiro de 2018.

BARROS, José D'Assunção. Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, 1º sem. 2011.

BERTINI, Luciane de Fatima. et al. **A Matemática a ensinar e a Matemática para ensinar: novos estudos sobre a formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

XX

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá – PR: UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger. A “nova” História Cultural. In: GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. **Pesquisa em história da educação matemática no Brasil: sob o signo da pluralidade**. (org.). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; SOUZA, Luzia Aparecida de. **Elementos de História da Educação Matemática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

HOSFSTETTER, Rita. et al. *Pénétré dans la vérité de l'école pour la juger pièces em main*. In: **La Fabrique des Savoirs: figures et pratiques d'experts – L'irrésistible institutionnalisation de l'expertise dans le champ pédagogique (XIXe. – XX siècles)**, pp. 79-116, 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan/jun. 2001.

MONDINI, Fabiane. **A Presença da Álgebra na Legislação Escolar Brasileira**. (2013). Tese (Doutorado em Educação Matemática). UNESP, Rio Claro – SP.

NEVES, Késia Caroline Ramires. **Implicações de avaliações oficiais em práticas docentes: o que dizem** □ professores de uma região de Mato Grosso do Sul. (2016) Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática). UEM, Maringá – PR.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emilia Borges. A prova de português nos exames de admissão ao ginásio na Escola Estadual de São Paulo. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. **Anais... VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia – MG, 17 a 20 de abril de 2006. p. 4355-4364. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/395EurizeCaldasPessanha_MariaEmiliaBorges.doc.pdf>. Acessado em: janeiro, 2018.

SANTOS, Rosemary. **Saberes matemáticos identificados em provas do exame de admissão ao Ginásio do Colégio São Paulo (1931-1969)**. (2017) Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e □ Matemática). UFS, São Cristóvão – SE.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Os exames de admissão ao ginásio: 1931-1969**. São Paulo, PUC/SP. (Arquivos da Escola Estadual de São Paulo), 3 CDs., 2001.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Dos exames para as provas e das provas para os exames: contribuições à história da avaliação escolar em matemática. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Goiânia. **Anais... IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia – GO: Editora da UCG, Editora Vieira, p. 139-140, 2006. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/.../Wagner%20Rodrigues%20Valente%20-%20Texto.pdf>. Acessado em: janeiro, 2018.